



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DATA DA REUNIÃO: UM DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DOUTORA MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE, A PARTIR DO ITEM SETE, INCLUSIVE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.---

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E QUINZE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: QUINZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS.-----



SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento das disposições conjugadas dos números 4 e 12 do artigo 49º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e dezassete, o senhor presidente comunicou à câmara municipal os contratos de prestação de serviços celebrados / adjudicados no decurso do mês de maio findo, conforme listagem que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, como anexo I, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

b) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, foi feita a seguinte declaração política, sobre a descida do desemprego no concelho de Santo Tirso:-----

DECLARAÇÃO POLÍTICA**(Taxa de desemprego já caiu 52 por cento em Santo Tirso)**

O executivo municipal congratula-se com os dados oficiais do Instituto de Emprego e Formação Profissional relativos ao número de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Santo Tirso.

De acordo com o IEFP, em março de 2017, existiam menos três mil desempregados no concelho, quando comparado com igual período de 2013, o que representa uma descida da taxa de desempregado de 52 por cento.

O executivo municipal não tem dúvida de que se trata de uma das maiores descidas verificadas no número de desempregados a nível nacional, o que coloca Santo Tirso como um dos poucos concelhos do País com uma taxa de desemprego praticamente abaixo dos dois dígitos.

Este é um dos objetivos que mais deixa satisfeito o executivo municipal, porquanto era um dos três pilares estratégicos estabelecidos no compromisso assumido com a população de Santo Tirso, em 2013.

Os números do IEFP não são obra do acaso. Em primeiro lugar, são reflexo da capacidade do tecido empresarial local, das micro, pequenas e médias empresas instaladas no concelho, a quem o executivo municipal deve uma palavra de agradecimento público.

Em segundo lugar, são reflexo do trabalho em rede desenvolvido pela Câmara Municipal e das políticas públicas direcionadas para a captação de novos investimentos e para o crescimento das empresas já sediadas em Santo Tirso.

De facto, em três anos e meio de mandato, 500 novas empresas instalaram-se em Santo Tirso, fruto da capacidade do Município em as atrair com um “pacote” de incentivos fiscais, por via da redução e/ou isenção de impostos como o IMI, a Derrama ou licenças municipais.

Desde que iniciou o mandato em outubro de 2013, o executivo municipal desenvolveu um trabalho de proximidade junto das empresas que, paulatinamente, começou a dar frutos, assumindo-se como um verdadeiro parceiro do tecido empresarial local.

Não por acaso, Santo Tirso é hoje reconhecido como um Município amigo das empresas. Não apenas porque apoia as empresas, aliviando-lhes a carga fiscal, mas também porque, enquanto pessoa de bem, paga a tempo e horas aos fornecedores.

As parcerias estabelecidas com o Centro de Emprego de Santo Tirso também tiveram um papel importante para os resultados da taxa de desemprego, nomeadamente as ações de formação em contexto de trabalho, as quais têm permitido que desempregados do concelho façam formação em Centros de Formação Profissional e em empresas localizadas em Santo Tirso.

Paralelamente, o Município tem aberto estágios nos serviços da Câmara Municipal, no âmbito do programa “Formação Vida Ativa para desempregados”, a que se juntam outros protocolos com o IEFP como a Garantia Jovem e o Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos.

O relacionamento institucional entre o Município e o IEFP já mereceu elogios da diretora do Centro de Emprego, para quem “os números recorde” relativos à taxa de desemprego no concelho são fruto do “trabalho em parceria” e da “atitude proactiva da Câmara de Santo Tirso”.



Apesar do bom desempenho verificado na taxa de desemprego nos últimos três anos e meio, o que demonstra que o caminho seguido foi o mais acertado, o executivo municipal está empenhado em manter as políticas ativas de emprego e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população do concelho de Santo Tirso.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 1 de junho de 2017



A

9

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES TRÊS FOLHAS.-----

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 01/JUNHO/2017 – ATA Nº 11

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 18/05/2017
- 2 – Reformulação do entroncamento entre a E.M. 209-2 e a EN 105, em S. Tomé de Negrelos: Aceitação das condições de cedência ao município da parcela de terreno identificada na respetiva planta cadastral com o número oito: Retificação da deliberação da câmara municipal de 04/08/2016 (item 4 da respetiva ata): Ratificação de despacho do presidente
- 3 – Reformulação do entroncamento entre a E.M. 209-2 e a EN 105, em S. Tomé de Negrelos: Resolução de Expropriar (Parcelas sete e doze): Retificação da deliberação da câmara municipal de 12/12/2016 (item 4 da respetiva ata)
- 4 – Celebração de contrato de financiamento entre o município de Santo Tirso e o Estado Português, através do Fundo Ambiental tendo por objeto o financiamento à substituição de veículos de serviços urbanos ambientais por veículos elétricos: Ratificação
- 5 – Regulamento Municipal da Horta Urbana de Santo Thyrsos: Aprovação
- 6 – Regulamento Municipal para a Concessão de Incentivos Fiscais ao Investimento no Concelho de Santo Tirso: Aprovação
- 7 – Abertura de concurso público internacional para formação de contrato de prestação de serviços para o fornecimento de refeições escolares – decisão de contratar e aprovação das peças do procedimento
- 8 – Empreitada: “Parque Urbano de Geão”: Decisão de contratar
- 9 – Concurso público para adjudicação do direito de ocupação de um espaço para instalação de um equipamento destinado a serviço de bar de apoio à “praia urbana”: Decisão de contratar
- 10 – Proposta de celebração de protocolo de cooperação entre o município de Santo Tirso e a Empresa das Termas das Caldas da Saúde, Unipessoal, Lda



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

8

- 11 – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências na Freguesia União das freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães: Obras de beneficiação da Escola de Tarrio
- 12 – Proposta de celebração de contrato de delegação de competências na freguesia de Monte Córdova para a realização da obra denominada “Pavimentação de um troço da Rua da Nascente do Rio Leça, Pavimentação de um troço da Travessa das Fontes Secas e Pavimentação da Rua do Agrelo”
- 13 – Proposta de cedência de um terreno, em regime de direito de superfície, à Paróquia de Rebordões para construção de edifício sede para o Agrupamento de Escuteiros de Rebordões
- 14 – Junta de Freguesia de Vila das Aves: Pedido de subsídio para “Festas da Vila / 2017”
- 15 – Junta de Freguesia de Rebordões: Pedido de subsídio para “Festas da Vila / 2017”
- 16 – Junta de Freguesia de Roriz: Pedido de subsídio para “Festas da Vila / 2017”
- 17 – Junta de Freguesia de Vilarinho: Pedido de subsídio para “Festas da Vila / 2017”
- 18 – Junta de Freguesia de Negrelos (S. Tomé): Pedido de subsídio para “Festas da Vila / 2017”
- 19 – União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães: Pedido de subsídio para o evento denominado “Semana de Couto (Santa Cristina) / 2017”
- 20 – Proposta de atribuição de subsídio à Comissão de Festas de S. Bento – Festas de S. Bento / 2017
- 21 – Proposta de atribuição de subsídio anual aos Agrupamentos de escuteiros do concelho de Santo Tirso e à 1ª companhia de Guias do Concelho de Santo Tirso



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

9

- 22 – Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel de Vila das Aves: Pedido de subsídio para obras de restauração da Capela de Santo André
- 23 – Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Cabanas – Monte Córdova: Pedido de subsídio
- 24 – Associação Cultural, Popular Bombos e Concertinas “Os Cordovenses” – Monte Córdova: Pedido de subsídio
- 25 – Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo: Pedido de subsídio para obras de requalificação do edifício sede
- 26 – Casa do Povo Rio Vizela: Pedido de subsídio
- 27 – Proposta de celebração de Contrato – Programa de desenvolvimento desportivo com a Associação Recreativa da Torre

Santo Tirso, 29 de maio de 2017

O presidente,

Dr. Joaquim Couto

Nota: Foi retirado de reunião o assunto que consta do item 7 desta Ordem do Dia. Os restantes assuntos foram renumerados na ata.



1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18/05/2017.----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia dezoito de maio findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

Não participou na votação a Dra. Mafalda Sofia Roriz, em virtude de não ter estado presente na reunião do dia dezoito de maio findo.-----



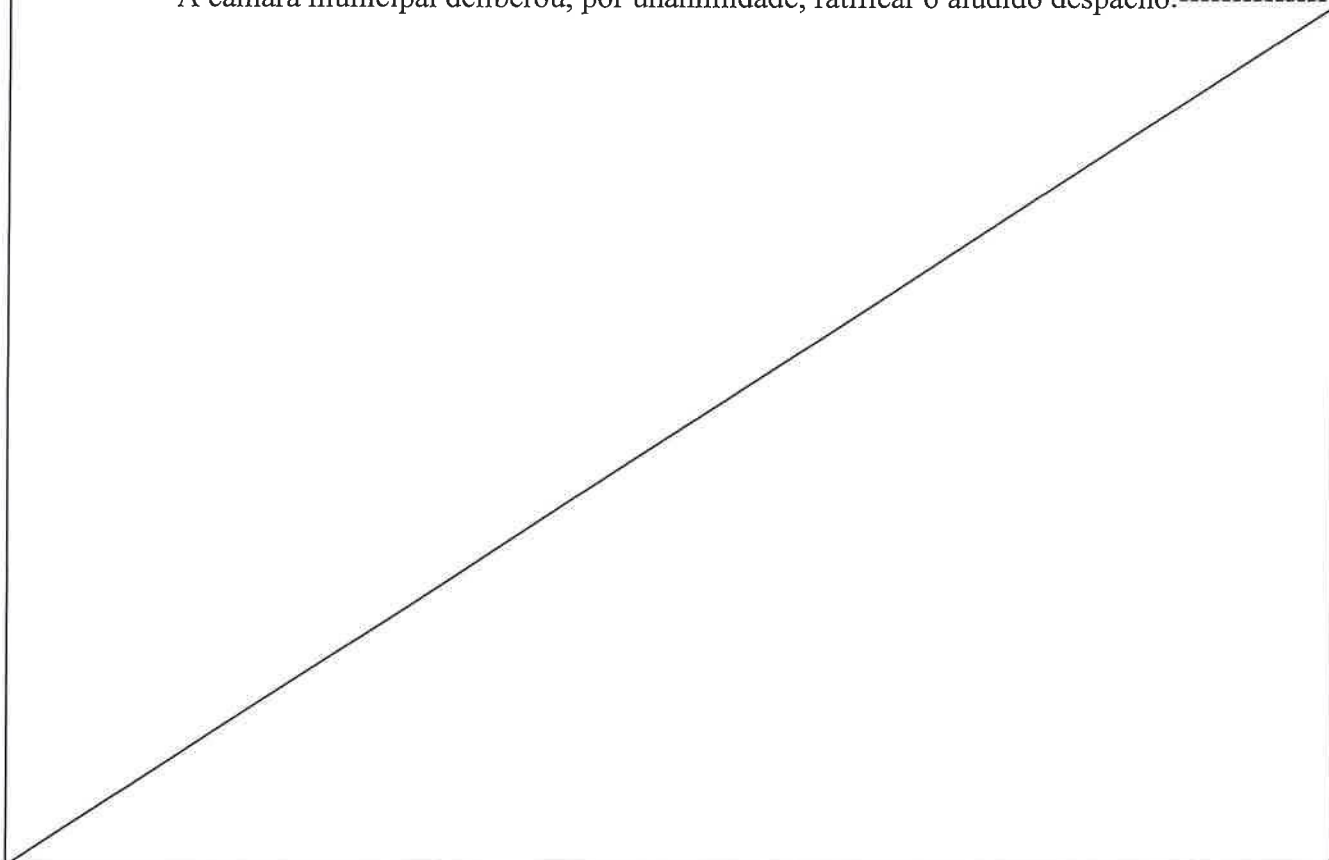
A

[Signature]

2. REFORMULAÇÃO DO ENTRONCAMENTO ENTRE A E.M. 209-2 E A EN 105, EM S. TOMÉ DE NEGRELOS: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CEDÊNCIA AO MUNICÍPIO DA PARCELA DE TERRENO IDENTIFICADA NA RESPETIVA PLANTA CADASTRAL COM O NÚMERO OITO: RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 04/08/2016 (ITEM 4 DA RESPETIVA ATA): RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----


Presente o despacho do presidente da câmara de vinte e quatro de maio findo, registado com o número quatro mil oitocentos e oitenta e seis, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes duas folhas, que decidiu retificar a deliberação da câmara municipal de quatro de agosto de dois mil e dezasseis (item quatro da respetiva ata), relativamente à área da parcela de terreno identificada naquela deliberação com o número oito.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o aludido despacho.-----



DESPACHO

12



Retificação da deliberação da câmara municipal de 04 de agosto de 2016 (item 4 da respetiva ata)

Dr Joaquim Barbosa Ferreira Couto, presidente da câmara municipal de Santo Tirso, ao abrigo da competência excecional prevista no nº3 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, decido, retificar a deliberação da câmara municipal de 04 de agosto de 2016, no que se refere à área da parcela de terreno identificada na respetiva planta cadastral com o nº8, destinada à obra de "Reformulação do entroncamento entre a E.M. 209-2 e a E.N. 105, em S. Tomé de Negrelos", que é de 177,50 m² (cento e setenta e sete vírgula cinquenta metros quadrados), conforme planta anexa, e não de 117,50 m² (cento e dezassete vírgula cinquenta metros quadrados), conforme se refere na descrição da parcela constante da aludida deliberação da câmara municipal.-----

O erro agora detetado é manifesto e notório, conforme resulta da planta junta à aludida deliberação da câmara e do somatório das áreas parciais a desanexar da parte urbana e rústica do respetivo prédio.-----

Pelo que, nos termos do nº1 do artigo 174º do Código do Procedimento Administrativo, a retificação pode ser efetuada a todo o tempo.-----

O respetivo contrato de cedência da parcela de terreno ao município está marcado para o dia 31 do corrente mês de maio, pelo que se mostra necessário proceder à retificação antes daquela data, não sendo oportuno a realização de uma reunião extraordinária da câmara municipal.-----

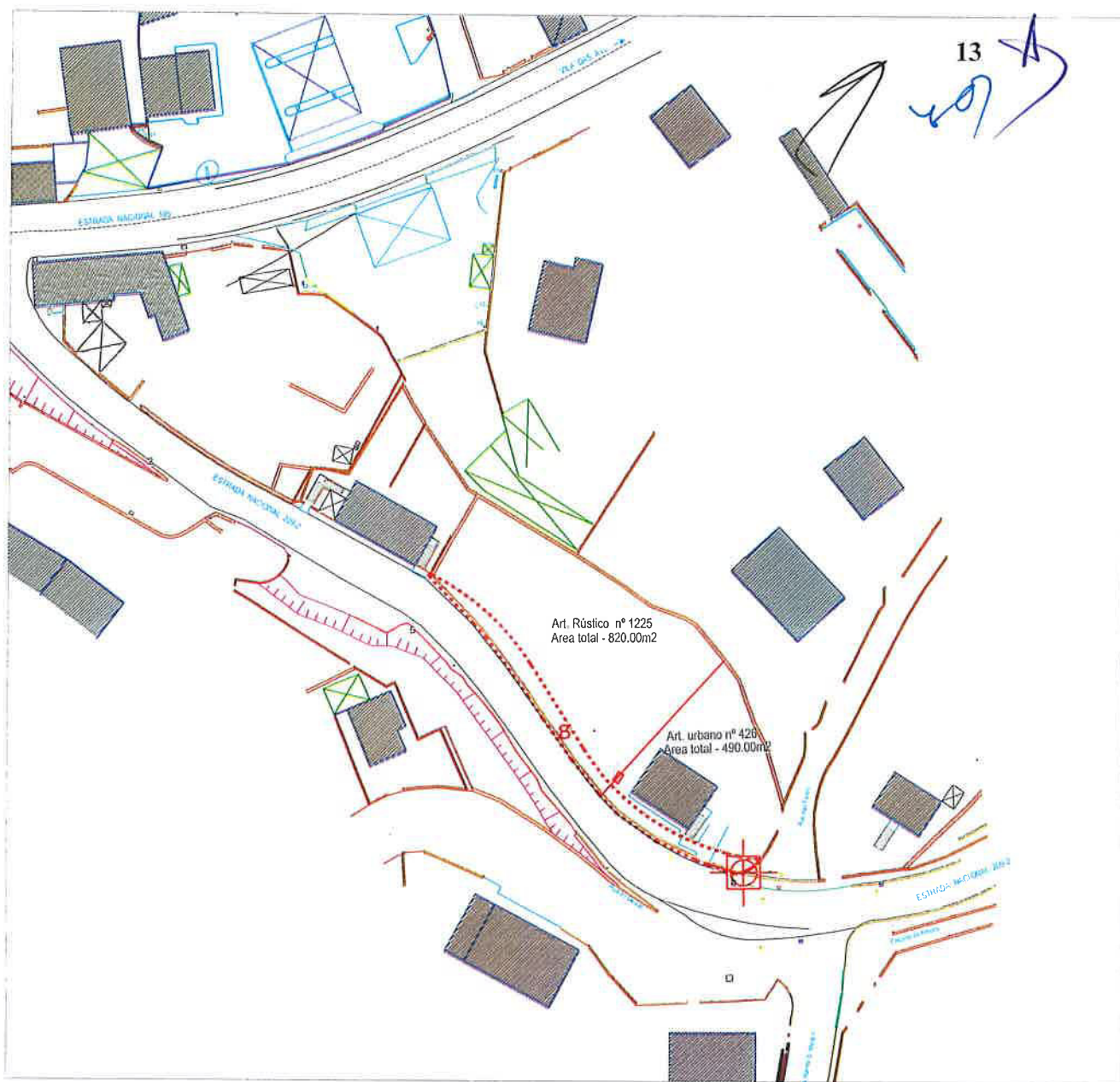
Remeta-se à subunidade de contratos para os devidos efeitos e à próxima reunião da câmara municipal para ratificação.-----

Santo Tirso, 24 de maio de 2017

O presidente,



Joaquim Couto (Dr.)



Parcela 8 — área: 177.50 m2
 Art. urbano 426 — área: 64.50 m2
 Art. rústico 1225 — área: 113.00 m2

Coordenada Retangular
 Origem Datum 73
 (valores expressos em metros)
 X = -22825.9314
 Y = 187239.3044

Proprietário: Herd. de Jaime da Conceição Ramos Melo

Confrontações

Norte: Proprio
 Sul: E.M. 209-2
 Nascente: Rua das Flores
 Poente: Alcina Dias Pacheco



Departamento de Planeamento Urbanismo e Ambiente

Divisão de Ambiente e Planeamento

Reformulação do entrocamento entre a E.M. 209-2 e a E.N. 105

Planta Cadastral - Parcela 8

Localização - S. T. de Negrelos

Autor
 Jaime Carneiro

Rubrica do autor

Colaboradores

Coordenador

Escala: 1 / 1000



Referência

SGD

Registo

Substitui

Substituído

Data

Folha

março 2016

05



3. REFORMULAÇÃO DO ENTRONCAMENTO ENTRE A E.M. 209-2 E A EN 105, EM S. TOMÉ DE NEGRELOS: RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR (PARCELAS SETE E DOZE): RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 12/12/2016 (ITEM 4 DA RESPETIVA ATA).-----

Presente fax da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, de dezasseis de maio findo, registado com o número onze mil setecentos e oitenta e dois, a solicitar esclarecimentos relativamente ao previsto em instrumento de gestão territorial para as parcelas a expropriar, cuja declaração de utilidade pública foi requerida por deliberação desta câmara municipal de doze de dezembro último (item quatro da respetiva ata).-----

O assunto vem informado pela Divisão Jurídica, conforme informação de vinte e três do mesmo mês de maio, registada com o número quatro mil seiscentos e oitenta e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse retificar a aludida deliberação de doze de dezembro de dois mil e dezasseis, nos seguintes termos:-----

Onde se lê: *“De harmonia com o Plano Diretor Municipal em vigor, os bens a expropriar estão incluídos em área de “Espaço Habitacional do Tipo II”, conforme extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes daquele instrumento de gestão territorial”*.-----

Deve ler-se: *“De harmonia com o Plano Diretor Municipal em vigor, os bens a expropriar enquadram-se em solo urbano, na categoria de Espaço Habitacional tipo II e em Estrutura Ecológica Municipal, conforme definido na Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal. Sendo a Parcela 7 localizada em área mista do zonamento acústico, de acordo com a Planta de Condicionantes do mesmo Plano Diretor Municipal e a Parcela 12 localizada em área mista do zonamento acústico e é abrangida pela faixa de proteção da estrada nacional, de acordo com a Planta de Condicionantes do mesmo Plano Diretor Municipal”*.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de retificação.-----



4. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O ESTADO PORTUGUÊS, ATRAVÉS DO FUNDO AMBIENTAL TENDO POR OBJETO O FINANCIAMENTO À SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULOS DE SERVIÇOS URBANOS AMBIENTAIS POR VEÍCULOS ELÉTRICOS: RATIFICAÇÃO.-----

Presente o Contrato de Financiamento celebrado no dia vinte e três de maio findo, entre o Estado Português, através do Fundo Ambiental, e o município de Santo Tirso, que tem por objeto o financiamento à substituição de veículos de serviços urbanos ambientais por veículos elétricos destinados à mesma utilização no âmbito das competências nas áreas de limpeza urbana, de jardins e na prestação de outros serviços ambientais, visando a redução dos consumos e das emissões poluentes e, consequentemente, reduzir os custos diretos e indiretos na sua utilização.-----

A Divisão de Planeamento estratégico e Gestão de Financiamentos informa que a candidatura aprovada contempla as seguintes ações:-----

- Aquisição de veículo elétrico de mercadorias com custo estimado de 32.841,00 € e comparticipação de 8.210,25 € (oito mil duzentos e dez euros e vinte e cinco cêntimos);-----

- Aquisição e instalação de posto de carregamento com custo estimado de 1.322,25 € (mil trezentos e vinte e dois euros e vinte e cinco cêntimos) e comparticipação de 661,13 € (seiscentos e sessenta e um euros e treze cêntimos);-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de apresentação da referida candidatura, bem como o respetivo Contrato de Financiamento, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por sete folhas.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a decisão de apresentação da candidatura, bem como o Contrato de Financiamento anexo.-----





**5. REGULAMENTO MUNICIPAL DA HORTA URBANA DE SANTO THYRSO:
APROVAÇÃO.**-----

Presente informação de vinte e dois de maio findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, registada com o número quatro mil seiscientos e quarenta e três, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de seis de abril último (item cinco da respetiva ata), a proposta de Regulamento Municipal da Horta Urbana de Santo Thyrsó, que tem por objeto estabelecer os critérios de atribuição do direito de utilização dos talhões da Horta Urbana e as respetivas condições de utilização.-----

Informam que no período de discussão pública, que terminou no dia oito de maio findo, não foram apresentadas quaisquer reclamações ou sugestões de alteração ao respetivo projeto de Regulamento.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com a sua competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal a aprovação do Regulamento municipal acima referido.-----

O referido regulamento fica anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, composto por dezassete folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



A

6. REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS AO INVESTIMENTO NO CONCELHO DE SANTO TIRSO: APROVAÇÃO.-----

Presente informação de vinte e seis de maio findo, da Divisão de Desenvolvimento Económico, registada com o número quatro mil seiscentos e noventa e nove, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de seis de abril último (item quatro da respetiva ata), a proposta de Regulamento Municipal de Incentivos Fiscais ao investimento no município de Santo Tirso, que tem por objeto estabelecer as regras e as condições genéricas de concessão de incentivos fiscais ao investimento no município de Santo Tirso, que consistem na atribuição de benefícios pela via da isenção total ou parcial de impostos que constituam receitas do município.-----

De harmonia com o disposto no artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo foi feita uma ponderação dos custos e benefícios resultantes das medidas previstas no Regulamento, considerando-se que os benefícios são manifestamente superiores aos custos, na medida em que o investimento é a via eficaz para promover o emprego, a fixação de pessoas e agentes económicos e assim permitir o desenvolvimento sustentado no município.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com a sua competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse propor à assembleia municipal a aprovação do Regulamento municipal acima referido.-----

O referido regulamento fica anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IV da mesma, composto por catorze folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



7. CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE EMPREITADA DESIGNADA: “PARQUE URBANO DE GEÃO”: DECISÃO DE CONTRATAR, APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO.-----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de dezassete de março último, registada com o número dois mil quinhentos e quinze, relativa ao projeto da obra acima referida e a procedimento de concurso público com vista à formação do respetivo contrato de empreitada e a remeter as peças processuais relativas ao mesmo procedimento, constituído pelo Projeto, Programa de procedimento e Caderno de encargos, e respetivos anexos, integrado pelas peças referidas na lista que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma.----

Dá-se aqui por inteiramente transcrita a aludida informação técnica para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O respetivo projeto foi já aprovado por despacho do presidente da câmara de dezasseis de setembro de dois mil e dezasseis, ratificado pela câmara municipal em reunião de doze de dezembro do mesmo ano (item dois da respetiva ata).-----

O preço base da obra é de 1.997.541,48 € (um milhão novecentos e noventa e sete mil quinhentos e quarenta e um euros e quarenta e oito cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal aplicável, e o prazo de execução da empreitada é de trezentos e sessenta e cinco dias.-----

As despesas com a execução do contrato a celebrar serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 07010405, que fica dotada de verba suficiente nos anos económicos de execução do contrato (2017 e 2018), ficando cativa no ano em curso a importância de 500.000,00 € (quinhentos mil euros), correspondente à estimativa dos encargos com a empreitada no presente exercício, conforme proposta de cabimento orçamental número 384/2017, de vinte e seis de janeiro último.-----

Da execução do contrato resultam encargos plurianuais nos anos económicos de dois mil



A

7

e dezassete e dois mil e dezoito, sendo que a autorização para a assunção de encargos plurianuais foi dada genericamente pela assembleia municipal em sessão de vinte e nove de novembro último, conforme resulta do artigo 31º, n.º 1, alínea a) das Normas de Execução Orçamental e da previsão plurianual constante do PPI relativamente ao projeto/ação 2006/I/104.-----

Pelo senhor presidente da câmara foram apresentadas as seguintes propostas:-----

A) Que a câmara municipal delibere autorizar a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar e tomar a decisão de contratar prevista no artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público, de harmonia com o previsto no artigo 20º do mesmo Código.-----

B) Que a câmara delibere aprovar as peças do respetivo procedimento, que são as seguintes:-----

1 – **Programa do Procedimento;**-----

2 – **Cadernos de Encargos**, integrado pelos elementos referidos na lista anexa à presente ata.-----

C) Designar o júri do respetivo procedimento com a seguinte composição:-----

Membros Efetivos

- Presidente – Eng.º Carlos António Nogueira Veloso – Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas;-----

- Dra. Emília Cristina Campos Ramos Maia – Chefe da Divisão da Contração Pública, que exercerá as funções de secretária do procedimento;-----

- Engª Maria Fernanda Pires de Lima da Silva Coelho – Técnica Superior do município;--

Membros suplentes:

- Dra. Diana Paula Ferreira Salgado – Chefe da Divisão Jurídica;-----

- Dra. Maria Alcina Marques Oliveira – Chefe da Divisão Financeira.-----

D) Que a câmara municipal delibere declarar, com fundamento na aludida informação



[Handwritten signature]

técnica, e face aos demais elementos constantes do procedimento, que o Projeto de Execução, com todas as especialidades, estudos e elementos que o integram, que fazem parte integrante do caderno de encargos, contém todas as informações necessárias, indispensáveis e suficientes à boa execução da obra a realizar, pelo que “os elementos da solução da obra a realizar”, que serão disponibilizados a concurso, a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução e cumprem a legislação aplicável.-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as propostas que antecederem.



8. CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE UM ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DESTINADO A SERVIÇO DE BAR DE APOIO À “PRAIA URBANA”: DECISÃO DE CONTRATAR.-----

Presente informação de vinte e cinco de maio findo, da Divisão Jurídica, registada com o número quatro mil oitocentos e seis, a remeter as peças do procedimento com vista à abertura de concurso público para adjudicação do direito de ocupação de um espaço, propriedade do município, sito na Margens do Ave (Além Rio), na cidade de Santo Tirso, para instalação de um “equipamento” destinado a serviço de bar de apoio à “praia urbana” de Santo Tirso.-----

O procedimento é integrado pelas seguintes peças:-----

- Programa de concurso e respetivo anexo (Modelo da proposta);-----
- Caderno de encargos e respetivo anexo (planta da área da “praia urbana” e polígono para implantação do contentor).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar as peças processuais do referido procedimento, das quais se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VI da mesma, composto por vinte folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião, e aprovar a constituição do júri do procedimento, com a seguinte composição:-----

a) Membros efetivos:-----

- Presidente - Vereador Tiago João Machado Araújo;-----
- Vogal - Maria da Conceição Teixeira Figueiredo Melo, Técnica superior, a exercer as funções de diretora municipal;-----
- Vogal - Romeu Gilberto Ferreira Lima, Técnico superior;-----
- Vogal - Maria Alcina Marques Oliveira, Chefe da Divisão Financeira;-----
- Secretária - Diana Paula Ferreira Salgado, Chefe da Divisão Jurídica.-----

b) Membros suplentes:-----



- Em substituição do presidente efetivo - Vereador Alberto Manuel Martins Costa;-----
 - Vogal - Carlos António Nogueira Veloso, Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas;-
 - Vogal - Alexandra Carla Almeida Castro Moreira, Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade;-----
 - Vogal – Ana Luísa da Silva Afonso Sistelo, Técnica Superior;-----
 - Secretária - Emília Cristina Campos Ramos Maia, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Execuções Fiscais.-----
- As propostas foram aprovadas por unanimidade.-----



9. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A EMPRESA DAS TERMAS DAS CALDAS DA SAÚDE, UNIPESSOAL, LDA.-----

Presente informação de dezoito de maio findo, da Divisão de Desenvolvimento Económico, registada com o número quatro mil quinhentos e trinta e nove, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a sugerir a celebração de um Protocolo de cooperação entre o município de Santo Tirso e a Empresa das Termas das Caldas da Saúde, Unipessoal, Lda., que tem por objeto a criação de um quadro-programa designado por “Plano de Ação Estratégico das Termas das Caldas da Saúde”, que visa a cooperação e apoio entre as partes, de modo a potenciar a divulgação da prática do termalismo como meio de promoção da qualidade de vida e da saúde, e a promover a divulgação do município de Santo Tirso como “município com termas”, na sequência da sua recente adesão ao “Fórum Termal do Eixo Atlântico”.-----

Para apoio à realização das ações previstas na cláusula 3ª do Protocolo, o município de Santo Tirso atribuirá uma comparticipação no montante de 20.000,00 € (vinte mil euros), a pagar nas condições previstas na cláusula 5ª do Protocolo.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 06020305, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1656/2017.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2369/2017, de vinte e seis de maio findo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar o Protocolo referido na aludida informação, nos termos da minuta que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma, composto por seis folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



10. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTO TIRSO, COUTO (SANTA CRISTINA E S. MIGUEL) E BURGÃES: OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DA ESCOLA DE TARRIO.-----

Presente informação da Divisão de Projetos e Empreitadas de oito de maio findo, registada com o número quatro mil cento e vinte e oito, a comunicar quais os trabalhos que se mostram necessários realizar na Escola de Tarrío, cuja estimativa orçamental é de 11.294,76 € (onze mil duzentos e noventa e quatro euros e setenta e seis cêntimos), com IVA incluído.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 117º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os órgãos dos municípios podem delegar competências nos órgãos das freguesias;-----

Considerando que as juntas de freguesia, pela sua maior proximidade à população local, têm melhor capacidade para a gestão de equipamentos locais;-----

Considerando que a referida junta de freguesia reúne as condições necessárias para executar aqueles trabalhos.-----

Considerando que compete à câmara municipal, nos termos do disposto nas alíneas l) e m) do artigo 16º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, preparar com a referida junta de freguesia o contrato de delegação de competências para a realização de obras da competência do município;-----

Considerando a delegação de competências concedida pela assembleia municipal por deliberação de vinte e nove de novembro último (cfr artigo 38º, das Normas de Execução Orçamental);-----

Proponho que a câmara municipal delibere delegar a competência para execução de obras de beneficiação na Escola de Tarrío na freguesia União das Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa



Cristina e São Miguel) e Burgães, nos termos da minuta de contrato de delegação de competências que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

O compromisso inerente está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2339/2017, de vinte e quatro de maio findo.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



A

11. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE MONTE CÓRDOVA PARA A REALIZAÇÃO DA OBRA DENOMINADA “PAVIMENTAÇÃO DE UM TROÇO DA RUA DA NASCENTE DO RIO LEÇA, PAVIMENTAÇÃO DE UM TROÇO DA TRAVESSA DAS FONTES SECAS E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO AGRELO”.-----

Presente ofício da Junta de Freguesia de Monte Córdova, de quinze de maio findo, registado com o número onze mil seiscentos e sete, a solicitar a delegação de competências naquela freguesia para execução de obras de pavimentação na Rua nascente do Rio Leça, Travessa das Fontes Secas e Rua do Agrelo, cuja estimativa orçamental é de 74.213,25 € (setenta e quatro mil duzentos e treze euros e vinte e cinco cêntimos), com IVA incluído.-----

A Divisão de Projetos e Empreitadas informa que os trabalhos se mostram necessários e que o orçamento apresentado pela junta de freguesia está de acordo com os preços praticados no mercado, face à natureza e quantidade dos trabalhos a executar.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as obras a executar nas referidas vias, são essenciais para melhorar as condições de circulação e segurança de veículos e pessoas;-----

Considerando que os trabalhos a realizar constam do mapa de trabalhos anexo à minuta de contrato de delegação de competências, cuja estimativa orçamental é de 74.213,25 € (setenta e quatro mil duzentos e treze euros e vinte e cinco cêntimos), com IVA incluído;-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1657/2017;-----

O respetivo compromisso está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o n.º 2368/2017, de 26 de maio findo;-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere aprovar a minuta do aludido contrato de delegação de competências, e solicitar autorização à assembleia municipal para a

respetiva celebração.-----

Anexa-se cópia da minuta do referido contrato à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo IX da mesma, integrado por oito folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----




12. PROPOSTA DE CEDÊNCIA DE UM TERRENO, EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE, À PARÓQUIA DE REBORDÕES PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO SEDE PARA O AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS DE REBORDÕES.-----

Presente ofício do Agrupamento Local de Escuteiros n.º 399, da Paróquia de Rebordões, Santo Tirso, registado com o número treze mil cento e setenta, a solicitar que o terreno que a câmara deliberou doar ao Corpo Nacional de Escutas com a finalidade de construção do edifício sede daquele Agrupamento Local de Escuteiros, seja cedido, em regime de direito de superfície à Fábrica da Igreja da Paróquia de S. Tiago de Rebordões, pelas razões expostas no referido ofício, e a solicitar a conclusão do respetivo processo de cedência.-----

O assunto vem informado pelo Serviço de Juventude, conforme informação de trinta de maio findo, registada com o número quatro mil novecentos e setenta, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o teor da aludida informação dos serviços, que aqui se dá por inteiramente transcrita;-----

Considerando que o Agrupamento Local de Escuteiros de Rebordões deu entrada na câmara municipal com um processo de construção de um edifício para a sua sede (processo n.º 409/03), pretendem agora concluir as obras já iniciadas, para o que já estão a desenvolver várias ações para angariação de fundos;-----

Considerando que os Agrupamentos de Escuteiros são a estrutura base do Corpo Nacional de Escutas, mas não têm personalidade jurídica;-----

Considerando que estes Agrupamentos se organizam por paróquias, sendo o respetivo pároco o assistente eclesiástico do Agrupamento;-----

Considerando que os bens afetos ao desenvolvimento da ação dos Agrupamentos de

Escuteiros são património do Corpo Nacional de Escutas, que em caso de extinção de um Agrupamento é que decide o destino desses bens;-----

Considerando que o Pároco de Paróquia de S. Tiago de Rebordões aceita que a cedência do direito de superfície seja feita à respetiva Fábrica da Igreja Paroquial, embora com a obrigação de destinar o terreno à construção de um edifício para sede daquele Agrupamento Local de Escuteiros;

Considerando as atribuições do município nas áreas da educação, cultura, tempos livres e ambiente;-----

De harmonia com o previsto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes;-----

Considerando que o Valor Patrimonial Tributário e atribuído à parcela de terreno em causa cabe dentro do valor previsto na alínea g) do n.º 1 do mesmo artigo 33º, proponho que a câmara municipal delibere ceder à Fábrica da Igreja Paroquial de S. Tiago de Rebordões, o direito de superfície sobre uma parcela de terreno com a área de 783 m² (setecentos e oitenta e três metros quadrados), sita no lugar da Lage da Igreja, freguesia de Rebordões, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o número 1361 (mil trezentos e sessenta e um) e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 1860 (mil oitocentos e sessenta), com a finalidade de construção de um edifício destinado a sede do Agrupamento Local de Escuteiros de Rebordões, e nos demais termos da minuta de contrato de constituição de direito de superfície que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo X da mesma, composto por seis folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----

A presente deliberação revoga expressamente a deliberação da câmara municipal de trinta e um de outubro de dois mil e um (item quatro da respetiva ata).-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



13. JUNTA DE FREGUESIA DE VILA DAS AVES: PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA “FESTAS DA VILA / 2017”.-----

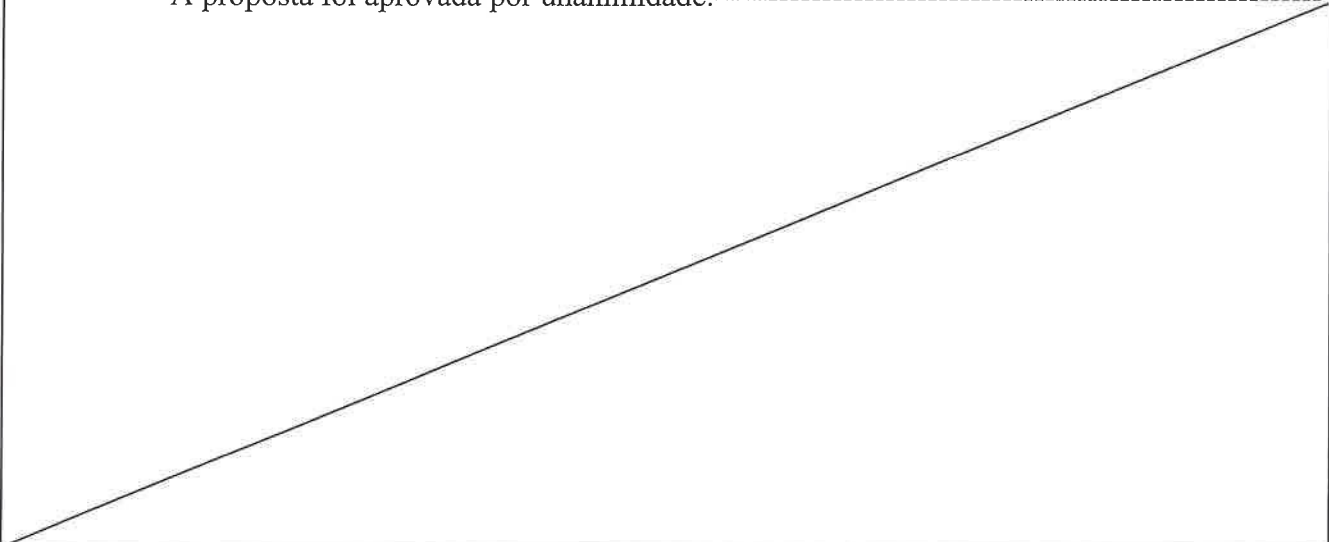
Presente ofício de seis de fevereiro último, da junta de freguesia de Vila das Aves, registado com o número três mil cento e vinte e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização das “Festas da Vila”, promovidas pela referida junta, que decorreram de trinta e um de março a quatro de abril últimos.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, face à sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsídio à junta de freguesia de Vila das Aves um subsídio no montante de 3.800,00 € (três mil e oitocentos euros) para ajudar a custear as despesas com as referidas Festas.-----

A despesa com a atribuição do presente subsídio será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1666/2017.-----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade, de apoio à execução orçamental com o número 2372/2017, de vinte e nove de maio findo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



A



14. À JUNTA DE FREGUESIA DE REBORDÕES: PEDIDO DE SUBSIDIO PARA “FESTAS DA VILA / 2017”.-----

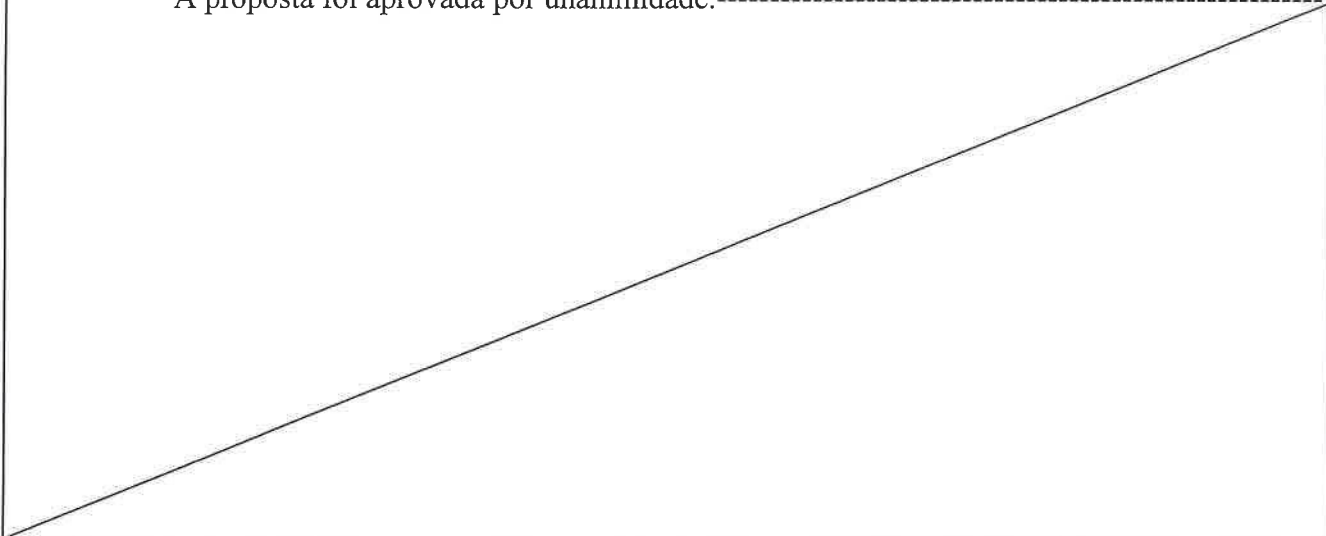
Presente ofício de onze de abril último, da junta de freguesia de Rebordões, registado com o número nove mil trezentos e trinta e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 20º aniversário da elevação da freguesia de Rebordões à categoria de Vila, que decorrerão no próximo dia dezassete de junho.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal a atribuição de um subsídio à freguesia de Rebordões no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), para ajudar a custear as despesas com as festas acima referidas, face à competência daquele órgão deliberativo prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento n.º 1668/2017.-----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2381/2017, de vinte e nove de maio findo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



15. JUNTA DE FREGUESIA DE RORIZ: PEDIDO DE SUBSIDIO PARA “FESTAS DA VILA / 2017”.-----

Presente ofício de vinte e dois de fevereiro último, da junta de freguesia de Roriz, registado com o número cinco mil trezentos e setenta e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 6º aniversário da elevação da freguesia de Roriz à categoria de Vila, que se realizaram nos dias oito e nove de abril último.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal a atribuição de um subsídio à freguesia de Roriz no montante de 1.650,00 € (mil seiscientos e cinquenta euros), para ajudar a custear as despesas com as festas acima referidas, face à competência daquele órgão deliberativo prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento n.º 1664/2017.-----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2371/2017, de vinte e nove de maio findo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



A

7

**16. JUNTA DE FREGUESIA DE VILARINHO: PEDIDO DE SUBSIDIO PARA
“FESTAS DA VILA / 2017”.**-----

Presente ofício de quatro de maio findo, da junta de freguesia de Vilarinho, remetido por e-mail na mesma data, registado com o número dez mil novecentos e trinta e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 8º aniversário da elevação da freguesia de Vilarinho à categoria de Vila.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal a atribuição de um subsídio à freguesia de Vilarinho no montante de 1.700,00 € (mil e setecentos euros), para ajudar a custear as despesas com as festas acima referidas, face à competência daquele órgão deliberativo prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento n.º 1669/2017.-----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2383/2017, de vinte e nove de maio findo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

17. JUNTA DE FREGUESIA NEGRELOS (SÃO TOMÉ): PEDIDO DE SUBSIDIO PARA “FESTAS DA VILA / 2017”.-----

Presente e-mail de vinte e seis de abril último, da junta de freguesia de Negrelos (São Tomé), registado com o número nove mil novecentos e oitenta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização das “Festas da Vila”, promovidas pela referida junta, que decorreram no dia vinte e sete de maio findo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, face à sua à competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsidio à junta de freguesia de Negrelos (São Tomé) no montante de 1.800,00 € (mil e oitocentos euros) para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A despesa com a atribuição do presente subsídio será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 1671/2017.-----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade, de apoio à execução orçamental com o número 2388/2017, de vinte e nove de maio findo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

18. UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTO TIRSO, COUTO (SANTA CRISTINA E SÃO MIGUEL) E BURGÃES: PEDIDO DE SUBSIDIO PARA O EVENTO DENOMINADO “SEMANA DE COUTO (SANTA CRISTINA) / 2017”.-----

Presente ofício de vinte e oito de março último, da junta de freguesia União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães, registado com o número nove mil e dezasseis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização do evento denominado “Semana de Couto (Santa Cristina) / 2017”, que decorrerá de vinte e sete de maio findo a quatro de junho, cuja estimativa orçamental é de 7.450,00 € (sete mil quatrocentos e cinquenta euros).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse propor à assembleia municipal, face à sua competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsídio à junta de freguesia União de freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e S. Miguel) e Burgães no montante de 1.850,00 € (mil oitocentos e cinquenta euros), a satisfazer pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1667/2017, para ajudar a custear as despesas com o referido evento.-----

O compromisso inerente à deliberação da assembleia municipal está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2378/2017, de vinte e nove de maio findo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

19. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À COMISSÃO DE FESTAS DE SÃO BENTO.-----

Presente ofício de vinte e cinco de maio findo, da Comissão de Festas acima referida, registado com o número doze mil setecentos e doze, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Bento, que se irão realizar de seis a onze do próximo mês de julho.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que as “Festas de S. Bento” têm uma grande tradição no concelho de Santo Tirso, sendo consideradas as “Festas do concelho”, já que o dia de S. Bento, onze de julho, é igualmente o dia do feriado municipal;-----

Considerando que as Festas de S. Bento, destacadamente o evento mais importante do concelho de Santo Tirso, são uma realização conjunta do município de Santo Tirso e de uma comissão que especialmente se constituiu para esse efeito, ao abrigo do disposto no artigo 199º do Código Civil;-----

A realização do evento em parceria com esta Comissão, que desenvolve um trabalho voluntarioso e muito meritório, em muito engrandece este evento de carácter cultural e religioso;-----

Considerando que cabe à câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apoiar atividades de natureza cultural, com interesse para o município;-----

É inegável que as Festas de São Bento são um evento de interesse para o município, quer pela sua tradição, quer pelo interesse do seu programa de animação cultural e turística da cidade;-----

De facto, este evento atrai a Santo Tirso milhares de devotos e de visitantes de todo o país, para, por um lado, cumprimento das promessas em honra do Santo que é “advogado das coisas

ruins e dos males desconhecidos” e, por outro, para participação num conjunto de atividades de natureza cultural e recreativa;-----

O programa das Festas, elaborado pela Comissão de Festas em parceria com a câmara municipal, é um programa eclético, que cumpre o objetivo de ir ao encontro de todos os gostos;-----

Durante sete dias, Santo Tirso vai novamente brilhar com um conjunto de atividades culturais, desportivas e recreativas, para assinalar a maior festa do concelho, em honra de um santo instituído como o padroeiro da Europa, cujo culto, além das festas litúrgicas, se tornou muito popular a partir da Idade Média, caracterizando-se também pelas romarias aos lugares onde é, popularmente, venerado;-----

A História do concelho de Santo Tirso está intrinsecamente ligada à história do Mosteiro Beneditino de Santo Tirso;-----

Dada a importância das Festas, no programa das Festas de S. Bento / 2017, volta a fazer parte a receção a uma representação das cidades geminadas com Santo Tirso;-----

Assim, as Festas de S. Bento são já uma referência não só no concelho de Santo Tirso, mas na região, reunindo milhares de visitantes, atraídos pela diversificada panóplia de atividades que integram a programação, o que se traduz também numa importante mais-valia para o comércio local;-

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Comissão de Festas de S. Bento, contribuinte número 901 399 914, representada pelo seu presidente, Tiago João Machado Araújo, um subsídio no montante de 130.000,00 € (cento e trinta mil euros).-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1662/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental, com o número 2382/2017, de vinte e nove de maio findo.-----

Reunião : ORDINÁRIA

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada com oito votos a favor.-----

Não participou na discussão e votação deste assunto o senhor vereador Tiago João Machado Araújo.-----

20. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL AOS AGRUPAMENTOS DE ESCUTEIROS E À 1ª COMPANHIA DE GUIAS DO CONCELHO DE SANTO TIRSO.---

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o trabalho desenvolvido pelos Agrupamentos de Escuteiros e pela Companhia de Guias do concelho de Santo Tirso;-----

Considerando que os Agrupamentos de Escuteiros e a Companhia de Guias desenvolvem um papel importante no desenvolvimento humanista e solidário da juventude escutista e de guias;-----

Considerando que a estrutura base do Corpo Nacional de Escutas (CNE) é o Agrupamento Local, normalmente integrada numa Paróquia, que é liderado por um elemento eleito, o Chefe de Agrupamento;-----

Considerando que a estrutura base da Associação Guias de Portugal (AGP) é a Companhia, o grupo local, normalmente integrada numa Paróquia, que é liderada por um elemento eleito, a Chefe de Companhia;-----

Considerando, no entanto, que estes Agrupamentos e esta Companhia não têm personalidade jurídica, integrando-se na organização das associações Corpo Nacional de Escutas, pessoa coletiva número 500 972 052, representada pela Junta Central (órgão executivo), e Associação Guias de Portugal, pessoa coletiva número 500 977 305, representada pela Comissão Executiva (órgão executivo), respetivamente;-----

Considerando que estas são associações de juventude, cujo objetivo é a educação integrada dos jovens de ambos os sexos, baseada no voluntariado, sendo um movimento de carácter não político, aberto a todos, no caso do CNE, e aberto a todas as raparigas, no caso da AGP, que nelas desejem ingressar, sem qualquer discriminação;-----

Considerando que o Corpo Nacional de Escutas e a Associação de Guias de Portugal são instituições reconhecidas de utilidade pública pelo Governo, conforme despachos publicados no Diário da República, n.º 177, III série, de 8 de agosto de 1983 e n.º 261, II Série, de 13 de novembro

de 1985, respetivamente;-----

Considerando as competências da câmara municipal previstas nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir ao Corpo Nacional de Escutas e à Associação Guias de Portugal um subsídio no montante global de 6.750,00 € (seis mil setecentos e cinquenta euros), a distribuir pelos Agrupamentos de Escuteiros e pela Companhia de Guias a seguir identificados, na quantia de 450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros), a cada Agrupamento e Companhia, acrescido da importância de 100,00 € (cem euros) a cada Agrupamento e Companhia que participaram na atividade promovida pelo município de Santo Tirso, denominada “II Scoutirso”, o que perfaz assim o montante total de 7.950,00 € (sete mil e novecentos e cinquenta euros), a pagar ao respetivo Chefe de Agrupamento ou Companhia, para ajudar a custear as atividades que cada Agrupamento e Companhia desenvolve junto da comunidade local.-----

AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS-----

- Agrupamento 1291 (Água Longa)-----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros);
- Agrupamento 400 (Burgães – São Tiago)-----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros);
- Agrupamento 387 (Palmeira)-----450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros);
- Agrupamento 399 (Rebordões – São Tiago)----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros);
- Agrupamento 502 (Roriz – São Pedro)-----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros);
- Agrupamento 503 (S. Bartolomeu)-----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros);
- Agrupamento 842 (S. Martinho do Campo)-----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros);
- Agrupamento 1348 (S. Miguel da Lama)-----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros);
- Agrupamento 185 (S. Tiago de Areias)-----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros);
- Agrupamento 93 (S. Tomé de Negrelos)-----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros);
- Agrupamento 628 (Santo Tirso – São Bento)-450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros);
- Agrupamento 201 (Sequeirô)-----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros);



A

- Agrupamento 004 (Vila das Aves)-----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros);

- Agrupamento 245 (Vilarinho)-----450,00 € (quatrocentos e cinquenta euros);

COMPANHIA DE GUIAS DO CONCELHO:-----

- 1ª Companhia Vila das Aves-----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros);

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1643/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2342/2017, de vinte e cinco de maio findo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



**21. FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. MIGUEL DE VILA DAS AVES:
PEDIDO DE SUBSIDIO PARA OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA CAPELA DE SANTO
ANDRÉ.**-----

Presente ofício de dez de janeiro último, da Comissão de Festas em honra de Santo André, Vila das Aves, registado com o número novecentos e trinta e dois, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com obras de restauro da Capela de Santo André de Sobrado, cuja estimativa orçamental é de 29.870,00 € (vinte e nove mil oitocentos e setenta euros).---

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1º do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para apoiar entidades legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o município;-----

Considerando a importância que as Igrejas Locais assumem no seio da comunidade em que se inserem, sendo que os membros da Igreja são simultaneamente membros da comunidade local e um número significativo de cidadãos são membros conscientes e ativos da Igreja, estando simultaneamente comprometidos com o desenvolvimento social;-----

Considerando que a Capela de Santo André é um templo cuja construção deve remontar à segunda metade do século XVI, sendo por isso um património de interesse concelhio e que importa preservar;-----

Considerando o teor da informação da Divisão de Projetos e Empreitadas, de dezassete de maio findo, registada com o número quatro mil quatrocentos e setenta e quatro, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel de Vila das Aves um subsídio no montante de 10.000,00 € (dez mil euros) para ajudar a custear as despesas com as referidas obras, a pagar à medida da sua execução.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1641/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2341/2017, de vinte e cinco de maio findo.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





**22. ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E RECREATIVA DE CABANAS –
MONTE CÓRDOVA: PEDIDO DE SUBSIDIO.**-----

Presente ofício da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Cabanas, Monte Córdova, datado de catorze de maio findo, registado com o número onze mil quinhentos e trinta e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a execução do seu plano de atividades para dois mil e dezassete.-----

O expediente vem informado favoravelmente pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de dezassete de maio findo, registada com o número quatro mil quatrocentos e sessenta.-----

Pelo senhor presidente da câmara foi dito:-----

Considerando que a referida associação se encontra legalmente constituída;-----

Considerando que a mesma desenvolve atividades de natureza social, desportiva, recreativa e cultural com interesse para o concelho, designadamente no domínio da valorização das tradições populares;-----

Considerando as competências da câmara municipal previstas nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir à identificada associação, um subsídio no montante de 700,00 € (setecentos euros) para fazer face às referidas despesas.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica n.º 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 1640/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2340/2017, de vinte e cinco de maio findo.-----

A proposta foi aprovada, por votação nominal, por unanimidade.-----



23. ASSOCIAÇÃO CULTURAL POPULAR BOMBOS E CONCERTINAS “OS CORDOVENSES” – MONTE CÓRDOVA: PEDIDO DE SUBSIDIO.-----

Presente ofício de vinte e seis de abril último, da Associação Cultural Popular Bombos e Concertinas “Os Cordovenses”, registado com o número dez mil cento e cinquenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsidio para ajudar a custear as despesas com a execução do seu plano de atividades para dois mil e dezassete.-----

O expediente vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de vinte e cinco de maio findo, registada com o número quatro mil setecentos e setenta e seis.-----

O senhor presidente propôs qua câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir à Associação Cultural Popular Bombos e Concertinas “Os Cordovenses” um subsídio no montante de 300,00 € (trezentos euros).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem suficiente dotação, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1651/2017.

O respetivo compromisso está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2344/2017, de vinte e cinco de maio findo.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



24. GRUPO FOLCLÓRICO DE S. MARTINHO DO CAMPO: PEDIDO DE SUBSIDIO PARA OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE.-----

Presente ofício de seis de outubro último, do Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo, registado com o número vinte e um mil cento e vinte e um, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de requalificação do seu edifício sede, cuja estimativa orçamental é de 122.256,94 € (cento e vinte e dois mil duzentos e cinquenta e seis euros e noventa e quatro cêntimos), mais IVA.-----

O expediente vem informado pela Divisão de Projetos e Empreitadas, conforme informação de vinte e quatro de maio findo, registada com o número quatro mil setecentos e cinquenta, da qual consta que a estimativa orçamental apresentada é aceitável, face à natureza e quantidade dos trabalhos a executar.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir ao Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo, pessoa coletiva número 503 155 870, um subsídio no montante de 15.000,00 € (quinze mil euros) a pagar à medida da execução da obra.-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1652/2017.-----

O compromisso inerente à presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2345/2017, de vinte e cinco de maio findo.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

25. CASA DO POVO RIO VIZELA: PEDIDO DE SUBSIDIO.-----

Presente ofício de dezassete de maio findo, da Casa do Povo Rio Vizela, registado com o número doze mil seiscentos e sessenta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a execução do seu plano de atividades para dois mil e dezassete.-----

O pedido vem informado pela Divisão de Património e Museus, conforme informação de vinte e seis de maio findo, registada com o número quatro mil oitocentos e quarenta e dois.-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando a competência da câmara municipal prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio à associação denominada Casa do Povo Rio Vizela, no montante de 300,00 € (trezentos euros), para ajudar a custear as despesas com a execução das suas atividades.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1663/2017.-----

O compromisso assumido com a presente deliberação está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 2370/2017, de vinte e nove de maio findo.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



26. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DA TORRE.-----

Presente ofício de vinte e nove de dezembro último, da Associação Recreativa da Torre, registado com o número vinte e sete mil oitocentos e trinta e seis, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio do município para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa.-----

O assunto vem informado pela divisão de desporto, conforme informação registada com o número três mil quatrocentos e trinta e oito, de treze de abril último, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Considerando que a Associação Recreativa da Torre tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada pelo município ao sítio na internet da Segurança Social Direta, no dia vinte e três de maio findo, cuja informação assim obtida é válida por seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia vinte de abril último, válida por três meses;--

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

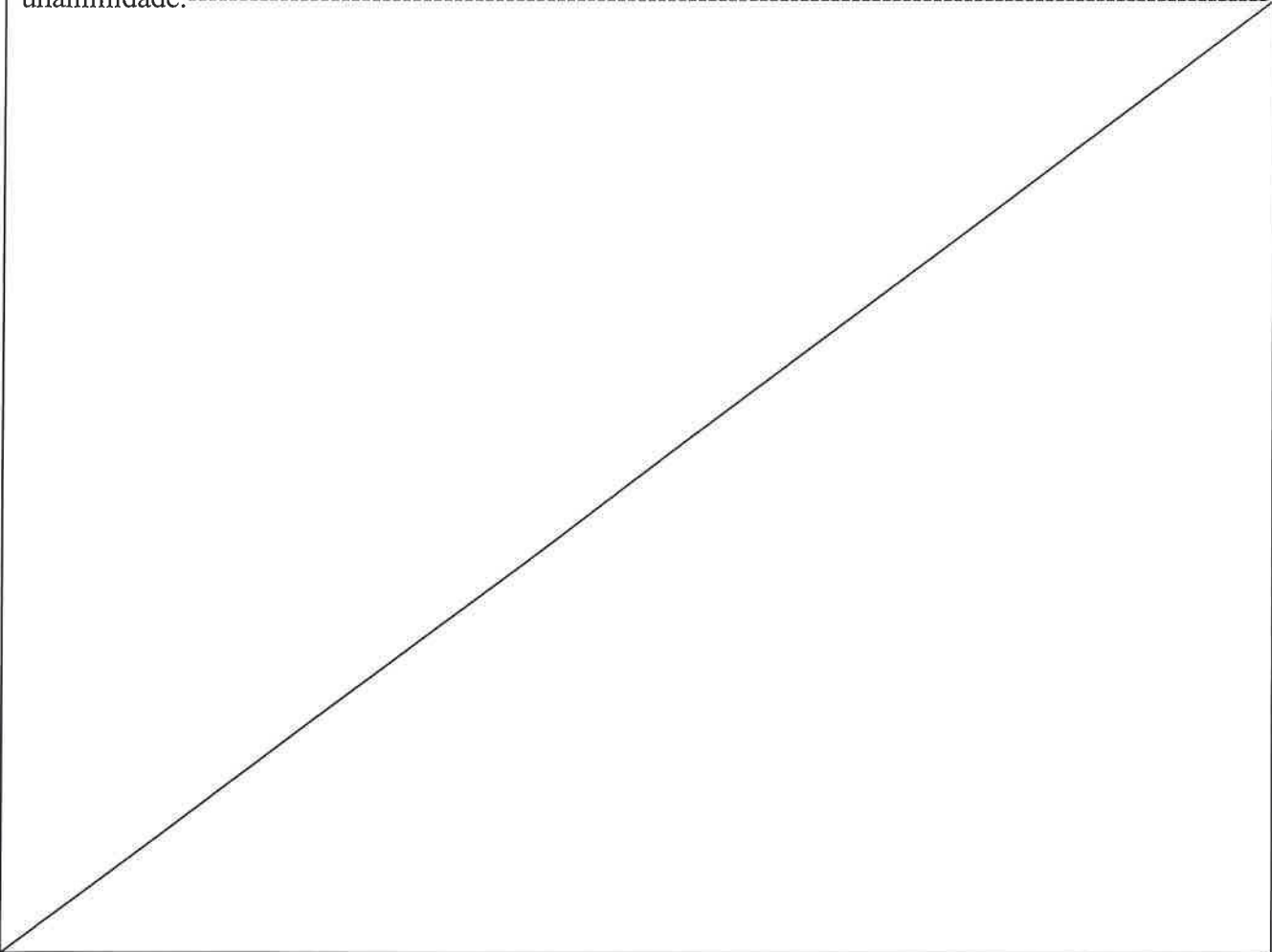
Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 500,00 € (quinhentos euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se anexa à presente ata e dela fica a fazer

parte integrante, constituindo o anexo XI da mesma, composto por oito folhas, rubricado pelo presidente e por quem secretariou esta reunião.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1243/2017.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1974/2017, de dezoito de abril último.-----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

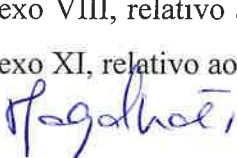


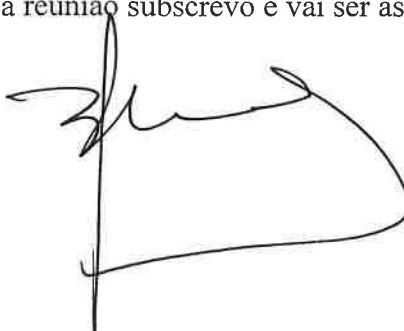


ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e cinquenta e cinco minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem cinquenta folhas, apenas utilizadas no anverso e onze documentos anexos (anexo I, relativo ao período de antes da ordem do dia alínea a); anexo II, relativo ao item quatro; anexo III, relativo ao item cinco; anexo IV, relativo ao item seis; anexo V, relativo ao item sete; anexo VI, relativo ao item oito; anexo VII, relativo ao item nove; anexo VIII, relativo ao item dez; anexo IX, relativo ao item onze; anexo X, relativo ao item doze; e anexo XI, relativo ao item vinte e seis), que eu


funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 14/06/2017, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas oito da respetiva minuta).-----

A Secretária,

